

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina.

Calil, Gilberto (Universidade Federal Fluminense Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil).

Cita:

Calil, Gilberto (Universidade Federal Fluminense Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil). (2007). *Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1022>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XI JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Tucumán, 19 al 22 de Septiembre de 2007

Título: Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina

Eje 9 – Processos económicos y sociales

Mesa 114 – Estructuras, sujetos y procesos en América Latina Contemporánea

Coordinadores: Gustavo Guevara y Rodolfo Rodríguez

Ponencista: Gilberto Calil - Doutor em História Social (Universidade Federal Fluminense) e Docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.

Dirección: Rua Deonato Schwab 1357 – Marechal Rondon – PR – 85960000 – Brasil

Teféfono: 55-45-3254-5800

Correo eletrônico: gilbertocalil@uol.com.br

Resúmen: A proposta do trabalho é discutir as diferentes concepções teóricas acerca do populismo latino-americano, indicando os limites de algumas concepções vigentes como a que trata o populismo como “estilo político”, como expressão de lideranças “carismáticas”, ou propõem um mesmo conceito abarcando os populismos latino-americano, russo e estadunidense. Propomos o reconhecimento da especificidade do populismo latino-americano e sua avaliação tendo como questão central seu conteúdo social histórico concreto, o que implica reconhecer os interesses de classe que expressou e o projeto social que sustentava. Nesta perspectiva, nossa proposição é que o populismo corresponde a um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial, que hegemonizou vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado e colocou o Estado a serviço de uma política de industrialização, em especial no Brasil, Argentina e México. É neste contexto, igualmente, que devem ser compreendidas as lutas de classe engendradas sob o populismo, uma vez que as estratégias hegemônicas abarcavam tanto a cooptação como a repressão aberta. A compreensão dos limites da cooptação e, conseqüentemente, da necessidade de fortalecimento contínuo dos instrumentos de repressão – que se constituiu em importante fator desencadeador da crise do populismo - deve ser buscada nos embates concretos da luta de classes do período.

O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina¹

Gilberto Calil²

O conceito de populismo é objeto de um vasto debate historiográfico, no qual se expressam desde posições que defendem o abandono do conceito até autores que o utilizam em uma acepção demasiadamente ampla, englobando processos sociais completamente distintos. A primeira posição – constituída a partir de uma perspectiva claramente conservadora –, pode ser encontrada nos diversos artigos reunidos no livro *O populismo e sua história: debate e crítica*.³ A segunda tem como defensor mais destacado Ernest Laclau. Sua proposição é de um conceito que abarque simultaneamente movimentos como o narodniki russo, o agrarismo dos pequenos proprietários do oeste dos Estados Unidos no século XIX e os diferentes populismos latino-americanos do século XX:

Se se afirma que entre o Varguismo, o movimento de William Jennings Bryan e o Narodnichestvo há pelo menos um elemento em comum, e que este elemento é o populismo, é evidente que sua especificidade terá de ser procurada fora, e não a partir das bases desses movimentos, que são totalmente diferentes. Se, por outro lado, se restringe o uso do conceito a movimentos com uma base social semelhante, ter-se-á deslocado, ilegitimamente, o campo de análise: estaremos tentando explicar um fenômeno distinto desse “algo em comum”, presente em movimentos sociais diversos.⁴

Parece-nos necessário questionar se este “*algo em comum*” é suficiente para sustentar a construção de uma categoria teórica. Que sentido há em afirmar-se que o elemento em comum “é o populismo”, antes mesmo de defini-lo? A pressuposição acerca da existência deste “elemento em comum” revela-se arbitrária, como se percebe pela generalidade da definição apresentada por Laclau: “Nossa tese é que o populismo consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante”,⁵ interpelações estas que seriam

¹ Este artigo foi produzido a partir de uma seção do primeiro capítulo da Tese de Doutorado defendida junto à UFF em 2005, sob orientação da Profa. Dra Virgínia Fontes. CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro – a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965): Cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2005. 2 volumes.

² Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Doutor em História Social (UFF). gilbertocalil@uol.com.br

³ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴ LACLAU, Ernest. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 151.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 179.

provenientes das mais diferentes classes sociais. Esta definição genérica permite a Laclau definir o socialismo como “a forma mais elevada de populismo”: “A dialética entre o povo e as classes encontra aí o momento final da sua unidade. **Não há socialismo sem populismo.** Esta é a profunda intuição presente, de Mao a Togliatti, e em todas as tendências do marxismo que, de posições políticas e tradições culturais bem diversas, tentaram superar o reducionismo classista”.⁶ Outro autor que sustenta um conceito de populismo extremamente amplo é Eduardo Gonzáles Calleja. Para ele, seriam populistas “uma série muito heterogênea de movimentos nacional-populares dos países em vias de desenvolvimento (especialmente nas áreas latinoamericana e africana) influídos por ideologias antiliberais de caráter híbrido nacionalista, socialista ou fascista”. Com base nesta definição, o autor inclui a Falange Espanhola no rol dos movimentos populistas.⁷

Em sentido contrário, entendemos que a avaliação do conteúdo social é deve ser o ponto de partida para a avaliação de um fenômeno social. Nesse sentido, é necessário concordar com Armando Boito, quando lembra os fenômenos agraristas do século XIX tem conteúdo social claramente distintos do populismo latinoamericano: “Tanto o movimento russo quanto o norte-americano são, portanto, movimentos de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, que procuram preservar a pequena produção camponesa. O populismo, ao contrário, articulou-se no Brasil com a política de industrialização capitalista, pleiteando, no interior das forças pró-industrialização, uma política social que contemplasse os interesses econômicos dos trabalhadores assalariados urbanos”.⁸ Boito aponta as conseqüências das propostas generalizadoras: “O populismo permanece, nessa caracterização, sem um conteúdo de classe definido e o grau de generalidade do conceito permite que os autores que o utilizam empreguem-no tanto para caracterizar o *narodnichestvo* – o chamado populismo russo, movimento inspirado num socialismo de base camponesa – quanto para caracterizar o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina”.⁹ As explicações tradicionais acerca do populismo latino-americano, de corte funcionalista – dentre as quais se destacam as de Gino Germani e Torcuato di Tella -,

⁶ Idem, *ibidem*, p. 202. Grifo meu.

⁷ GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. Populismo o captación de elites? Luces y sombras en la estrategia del Servicio Exterior de Falange Española. In: ALVARES JUNCO, José & GONZÁLES LEANDRI, Ricardo. *El populismo en España y América*. Madrid: Catriel, 1994. p. 61-90, p. 61.

⁸ BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec / Campinas: Unicamp, 1991, p.77.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 67.

igualmente não caracterizam o populismo pelo seu conteúdo de classe, mas, ao contrário, “partem do pressuposto de que o populismo ocorre numa situação de ‘transição’, isto é, na passagem da assim chamada sociedade tradicional – agrária, pré-capitalista, atrasada – para a sociedade moderna – capitalista, urbana e industrial”.¹⁰ Para eles, os populismos “seriam fenômenos socioculturais e políticos fundamentais e característicos da época de transição da sociedade tradicional à sociedade urbano-industrial”.¹¹ Além disso, tomando como referencial a democracia liberal, terminam por considerar o populismo “como um desvio no que deveria ser a evolução natural ou desejável, para o regime democrático”.¹² Nesta proposição, a “modernização” é tomada como objetivo naturalizado, que obscurece as contradições e antagonismos, permitindo, mais uma vez, assimilar em uma mesma categoria fenômenos diversos a partir de traços organizacionais em comum.

Também as teorias que tratam o populismo como um “estilo político” ou como “fenômeno carismático”, não permitem a identificação de sua base de classe, conduzindo à qualificação de diversos movimentos como populistas, e inclusive assumindo a existência de um “populismo de esquerda” e um “populismo de direita”. A presença de uma liderança carismática configuraria o aspecto “pré-político” do populismo (justificando sua qualificação como anomalia) e uma marca do atraso das relações política, além do que “não seria uma política com conteúdo de classe determinado, mas, justamente, uma política personalista que uniria o líder carismático à massa, isto é, a um conglomerado de indivíduos cuja posição política não decorreria de sua situação de classe”.¹³ Desta forma, como lembra Décio Saes, “a identificação do populismo como um estilo político preciso, fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo, o carisma ou o apelo emocional, poderia induzir-nos a admitir a existência de um ‘populismo de direita’”.¹⁴ A imprecisa contraposição esquerda / direita termina, desta forma, sobrepondo-se à definição de conteúdo social concreto, com o que são classificadas como “populistas” lideranças políticas que sustentam os mais distintos projetos sociais. Assim, no caso brasileiro, por exemplo, além das lideranças diretamente associadas ao projeto varguista, são classificados

¹⁰ PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 10.

¹¹ IANNI, op. cit., Octávio. *A formação do Estado populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989, p. 20.

¹² Idem, ibidem, p. 25.

¹³ BOITO, op. cit., p. 67.

¹⁴ SAES, op. cit., p. 91.

como populistas, dentre outros, Adhemar de Barros, Miguel Arraes e até mesmo Jânio Quadros e Carlos Lacerda: Weffort considera Barros e Quadros como “populistas notórios”;¹⁵ Boito considera Jânio Quadros um “populista de direita”, tendo em vista que “ao longo da história do janismo, a proteção dos trabalhadores foi quase sempre se confinando ao terreno do discurso”;¹⁶ Edgard de Barros propõe que “o estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um populismo de direita – militarista e associado aos grandes grupos empresariais”;¹⁷ e Guita Debert analisa a trajetória de quatro lideranças que expressam projetos sociais distintos, sob o mesmo marco do populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda e Leonel Brizola.¹⁸ Consideramos, ao contrário, que a percepção do populismo como um “estilo de condução das massas” e a qualificação como “populistas” de lideranças com projetos sociais claramente diversos retira do conceito qualquer conteúdo social efetivo.

Outro elemento presente em diversas análises é a referência ao caráter pluriclassista da base social de apoio do populismo como pretexto para a tentativa de desqualificação da análise marxista e, igualmente, para rejeitar o reconhecimento de seu conteúdo social. Isto se encontra, por exemplo na posição de José Alvarez Junco:

“Infelizmente, também não funciona o recurso, aportado em seu momento [sic] pelo materialismo histórico para superar os limites da interpretação política tradicional, a análise dos ‘interesses materiais’ que se supõe unirem e lançarem à ação aos componentes de um movimento social. Porque tampouco recrutam aderentes de uma única classe social ou grupo com interesses e reivindicações comuns, mas se compõe de um magma difícil de delimitar socialmente, em muitos casos uma verdadeira radiografia da coletividade histórica em questão”.¹⁹

Ainda mais explicitamente, o autor afirma que “o chamamento populista é ‘interclassista’, como se observou tantas vezes, o que significa que fracassa com ele a análise em termos de interesses ou luta de classes”.²⁰ Tal proposição parte, desta forma, da

¹⁵ Weffort refere-se à “vitória de um populismo notório como Adhemar de Barros, nas eleições de 1962 para governador de São Paulo, derrotando aliás um outro populismo tão notório como Jânio Quadros”. WEFFORT, *O populismo...*, op. cit., p. 25.

¹⁶ BOITO, op. cit., p. 73.

¹⁷ BARROS, Edgard Luis. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 53.

¹⁸ DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

¹⁹ ALVAREZ JUNCO, José. El populismo como problema. In: ALVAREZ JUNCO, José & GONZÁLES LEANDRI, Ricardo, op. cit., p. 11-38. p. 15.

²⁰ Idem, p. 17

composição social “interclassista”, para concluir– absurdamente – pela inexistência de um projeto social ou de interesses de classe expressos no populismo.

Nossa premissa para a discussão em torno do populismo latinoamericano é, ao contrário, o entendimento de que ele deve ser avaliado a partir de seu conteúdo social histórico concreto, o que implica em reconhecer os interesses de classe que expressou e o projeto social que sustentava. Desta forma, uma primeira definição que se torna necessária é a rejeição das alternativas que propõe uma definição conceitual que unifique fenômenos com distintos conteúdos sociais, produzidos em épocas distintas e em sociedade com grau de desenvolvimento absolutamente diverso. A possibilidade de compreensão do conteúdo social do populismo se dá, portanto, na medida em que delimitamos a abordagem à América Latina, em especial no período compreendido entre a Crise de 1929 e a afirmação plena de um modelo de desenvolvimento associado-dependente, nos anos 60. Como indica Ianni, foi nos governos de Getulio Vargas, no Brasil (1930-1945 e 1950-1954), e Juan Domingo Perón, na Argentina (1945-1955) e de Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940) que o projeto populista foi colocado em prática de maneira plena.

Os estudos clássicos sobre o populismo latinoamericano, dentre os quais se destacam as obras de Weffort e Ianni,²¹ indicam importantes elementos para o dimensionamento do conteúdo do populismo, em oposição às explicações tradicionais. De acordo com Weffort, a emergência do populismo corresponde a um contexto de crise de hegemonia, no qual nenhuma fração da classe dominante tem condição de se impor isoladamente: “Encontramo-nos, pois, diante da seguinte situação: nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano”.²² Esta situação conduziria a um “Estado de Compromisso”: “Todos os grupos, inclusive as massas

²¹ O historiador Felipe Demier sustenta que a teoria do populismo de Ianni e Weffort, em vários aspectos, retoma proposições desenvolvidas por Leon Trotsky. Segundo o autor, estes autores “*se omitiram de reconhecer sua dívida intelectual com o mesmo*”. De acordo com ele, *os dois cientistas sociais brasileiros vislumbraram nos governos que se sucederam após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 características que, de antemão, haviam sido expostas por Trotsky como presentes nos governos latino-americanos que possuíam um caráter ‘semibonapartista democrático’ (ou ‘semidemocrático’), em especial o de Lázaro Cárdenas*”. DEMIER, Felipe. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. *Outubro*, São Paulo, n. 13, 2005, p. 59-78. p. 77 e 61-62..

²² WEFFORT, *O populismo...*, op. cit., p. 53.

populares, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos o vêem como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas”.²³ Isto se daria através de um “complexo sistema de alianças entre grupos ou setores de classes diferentes”.²⁴ Em síntese, para Weffort, “se trata de um ‘Estado de Compromisso’ que é ao mesmo tempo um ‘Estado de massas’, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular”.²⁵ Ianni, por sua vez, analisa de maneira mais cuidadosa a crise hegemônica e a “aliança de classes”, propostos por Weffort. Embora reconhecendo que “na época da crise do poder oligárquico nenhuma das ‘novas classes’ sociais parece estar em condições de assumir o poder e impor o seu mando às outras classes, definindo a feição do Estado”.²⁶ Também Maria Ligia Prado considera que o populismo afirmou-se no Brasil e na Argentina “como resposta a um vazio no poder correspondente à quebra de hegemonia política oligárquica pós-crise do modelo agro-exportador”.²⁷ Ianni sustenta que “a aliança das ‘novas’ classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação”.²⁸ Critica de maneira especial o suposto implícito de que o populismo resulta de uma aliança entre iguais, alegando que “as camadas ou classes sociais combinadas no populismo não são iguais, principalmente em seu peso político específico. Elas são heterogêneas, inclusive quanto aos graus de desenvolvimento das suas consciências. Mais que isso, nas estruturas e decisões do populismo, a burguesia tem sempre acabado por fazer prevalecerem os seus interesses”.²⁹ Este reconhecimento nos parece extremamente importante para a caracterização do papel histórico desempenhado pelo populismo. Ianni reconhece ainda que “as classes assalariadas do populismo, inclusive o proletariado, não participam da coalizão enquanto classes sociais autônomas, organizadas

²³ Idem, ibidem, p. 62.

²⁴ Idem, ibidem, p. 113.

²⁵ Idem, ibidem, p. 79.

²⁶ IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 32. Segundo Ianni, no Brasil, “*todos os anos 1930-1964 estão marcados por essa crise de hegemonia. E o populismo que se forma desenvolve e transforma ao longo desses anos é uma expressão dessa crise de hegemonia*”. IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 81.

²⁷ PRADO, op. cit., p. 73.

²⁸ IANNI, *A formação...op. cit.*, p. 33.

²⁹ Idem, ibidem, p. 38.

e politicamente conscientes da sua situação de classe”.³⁰ Tal proposição dá a dimensão exata do caráter do “compromisso” que dá origem aos populismos, tornando necessário investigar os agentes sociais e os detentores da hegemonia no interior dos movimentos populistas.

O Populismo como projeto hegemônico

Uma primeira questão que se coloca para a avaliação do populismo enquanto projeto de hegemonia refere-se ao sujeito social que sustentou o projeto populista, partindo-se do pressuposto de que o populismo “só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe”.³¹ Tratando do caso brasileiro, Armando Boito recusa a preponderância da burguesia industrial à frente do populismo, propondo, ao contrário, que o sujeito do populismo seria a “burocracia de Estado”: “A definição dessa política de desenvolvimento não foi obra da burguesia industrial. Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e social no decorrer do período 1930-1964 é a **burocracia de Estado** – as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas”.³² Assim, para ele, embora correspondendo aos interesses da burguesia industrial, a política de industrialização não teria sido proposta por ela, mas pela burocracia de Estado, com apoio de setores populares:

Entre 1930 e 1964, a política populista é, no essencial, a política de industrialização capitalista dirigida pela burocracia de Estado (cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas), apoiada em amplos setores das classes populares (as classes trabalhadoras – proletariado, classe média assalariada e pequena burguesia proprietária – que, enquanto classes exploradas, encontram-se excluídas do poder de Estado) e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o bloco no poder (conjunto heterogêneo de classes e frações exploradoras que, enquanto tais, exercem o poder de Estado).³³

Posição semelhante é sustentada por Weffort: “Nessa democracia de massas, o Estado apresenta-se de maneira direta a todos os cidadãos. Todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgão efetivamente autônomo”.³⁴ Esta posição

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 39.

³¹ WEFFORT, *O populismo...*, op. cit., p. 25.

³² BOITO, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 18.

³³ Idem, *ibidem*, p. 22.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

parece-nos operar uma desvinculação demasiadamente radical entre a burocracia de Estado e as classes dominantes, para além da margem de autonomia que lhe é própria.³⁵ A subordinação ao Estado não se verifica historicamente nem para as classes populares, nem para as classes dominantes. As primeiras, mesmo quando absorveram grande parte da ideologia populista, não deixaram de interpretá-las de acordo com seus interesses e sua luta. Já as classes dominantes, em momento algum delegaram autonomia ao Estado a ponto de abrir mão ou subordinar ao Estado seus poderosos aparelhos privados de hegemonia. Lembre-se que quando se sentiram ameaçadas pelo crescimento das mobilizações populares autônomas e crescentemente radicalizadas, as classes dominantes não tiveram grande dificuldade para destruírem este Estado “de compromisso”, utilizando-se das inúmeras organizações de classe burguesas.

A proposição da burocracia de Estado como sujeito social do populismo complementa-se com a tese de que “a ideologia populista era uma ideologia pequeno burguesa”, fundada no culto do Estado protetor, isto é, na “expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças vigentes num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas”, através da “identificação de setores populares, não com a pessoa do líder, mas sim com o aparelho de Estado burguês: com a burocracia civil e militar do Estado”.³⁶ Nessa perspectiva, Saes avalia como incorreta “a caracterização do populismo como uma ‘ideologia burguesa’”, sustentando que “o populismo caracteriza-se como a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista”.³⁷ A utilização de elementos pequeno-burgueses no discurso populista não pode, no entanto, obscurecer o fato de que, em todos os seus desdobramentos concretos, o populismo efetivamente atendia aos interesses concretos da burguesia, ainda que sua expressão tenha de dado através de uma forma que lhe permitia disseminar-se com eficácia no interior da pequena burguesia e de setores da classe trabalhadora.

Nossa proposição é que o populismo corresponde a um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial, que hegemonizou vastas parcelas da pequena

³⁵ A respeito da margem de autonomia do Estado no capitalismo, ver POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1990. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³⁶ BOITO, *O sindicalismo de Estado no Brasil*, op. cit., p. 70.

³⁷ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 93.

burguesia e do proletariado e colocou o Estado a serviço de uma política de industrialização. Nesse sentido, concordamos com Ianni que “o populismo parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista (que é onde se exprime mais concretamente o caráter do populismo) está na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica”.³⁸ Sua característica mais evidente é a promoção do desenvolvimento industrial: “No que diz respeito aos seus fins econômicos mais gerais, os movimentos, partidos e governos populistas são abertamente favoráveis à industrialização e à hegemonia da indústria sobre a agricultura e a mineração. A industrialização é encarada como equivalente de desenvolvimento econômico em geral e indicador de bem-estar social para o proletariado”.³⁹ Nesse sentido, concordamos com a apreciação do sociólogo argentino Eckart Dietrich: “A aliança populista anti-oligárquica teve como objetivo o desenvolvimento da economia capitalista nacional e definiu claramente a divisão de tarefas entre sócio maior e sócio menor: enquanto o proletariado deveria servir como tropa de apoio, a condução política correspondia aos setores ‘dinâmicos’ da burguesia nacional”.⁴⁰

A ideologia populista usualmente apresentava seu projeto industrializante como oposto a uma ordem atrasada representada pelo latifúndio, o que era particularmente característico do discurso assumido pelos partidos comunistas, que sustentavam a tese de que o conflito fundamental era entre a burguesia “nacional” e o latifúndio com características “feudais” e subordinado ao imperialismo, embasamento da tese da “revolução por etapas”. Esta interpretação ignorava o entendimento entre burguesia industrial e burguesia agrária, sendo incapaz de perceber que a principal oposição ao projeto de industrialização acelerada provinha da burguesia comercial. Como indica Debert, “é enganosa a atribuição de antagonismo entre burguesia agrária e burguesia industrial, por um lado, e por outro, entre estas últimas e o imperialismo”.⁴¹ Para Régis de Castro Andrade, “a República populista apresenta-se imediatamente como uma forma de

³⁸ IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 9.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 108.

⁴⁰ DIETRICH, Eckart. Populismo y la izquierda o el populismo de izquierda: aproximaciones a una teoría del populismo. *Herramienta: Revista de debate y crítica marxista*. Buenos Aires, n. 15, otoño de 2001, p. 155-164. p. 157.

⁴¹ DEBERT, op. cit., p. 19.

supremacia burguesa baseada na aliança entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, cuja peculiaridade institucional foi a inserção de um sistema eleitoral dentro das estruturas do Estado Novo”.⁴² Os termos desta “aliança” no processo brasileiro são discutidos por Décio Saes: “A rigor, as oligarquias e a burguesia industrial chegaram, através da revolução de trinta, a um ‘compromisso político’. (...) Este pacto consagrava, de um lado, a participação da burguesia industrial no poder político, bem como seu acesso aos instrumentos institucionais de desenvolvimento, e, de outro lado, a manutenção da ordem social no campo, salvaguarda da propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho”.⁴³ Boito sustenta que era a burguesia comercial que defendia uma política radicalmente anti-industrialista: “a grande burguesia comercial exportadora e importadora aliada ao imperialismo norte-americano se opõe à política econômica industrialista que começa a tomar corpo a partir de 1930”.⁴⁴

No que se refere a relação com os setores médios e populares, o populismo constituía-se na imposição de uma ideologia de colaboração que viabilizava sua incorporação subordinada, consolidando a afirmação da hegemonia burguesa:

O populismo se apresenta como forma objetiva de encaminhamento da supremacia burguesa num contexto de crise de hegemonia. No nosso entender o que se chama de república populista não é outra coisa senão, pelo menos de forma imediata, uma forma de supremacia burguesa em realização. Essa supremacia burguesa está baseada, de um lado, nas alianças políticas entre burguesia industrial e oligarquia agrária e, de outro, na incorporação de amplos setores das camadas populares a esse pacto de dominação burguesa. (...) Em nenhum momento devemos perder de vista que estamos analisando a ideologia populista como forma objetiva de encaminhamento da supremacia burguesa num contexto de crise de hegemonia.⁴⁵

Nesse sentido, como afirma Andrade, “o populismo é uma forma de hegemonia, não um conjunto de alianças de classe, muito embora as alianças de classe estejam presentes em todas as ordens hegemônicas”,⁴⁶ o que tornava necessário uma combinação peculiar de coerção e cooptação capaz de “preservar o bloco político-ideológico, isto é, não desacreditar a idéia do Estado neutro e benevolente”, para o que era necessário “a preservação e encobrimento do governo direto da burguesia exercido através do comando

⁴² ANDRADE, op. cit., p. 60.

⁴³ SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 95.

⁴⁴ BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 28.

⁴⁵ CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 147 e 170.

⁴⁶ ANDRADE, op. cit., p. 66.

burguês sobre os poderosos órgãos econômicos do Executivo e sobre os ministérios”.⁴⁷ Por um lado, impunha obstáculos ao exercício de uma repressão aberta e generalizada sobre o conjunto da classe trabalhadora mas, por outro, determinava uma repressão seletiva contra os setores populares que se orientavam por uma postura classista, não se subordinando à ideologia e à prática populista. Nas palavras de Dietrich, “a perseguição ideológica e a repressão física do classismo político-sindical é apenas a cara excludente daquela estratégia integradora”.⁴⁸

Um dos elementos centrais da ideologia populista é sua pretensão em apresentar-se como nacionalista, cujo efeito evidente era “obscurecer a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitantes e estabelecer-se a idéia do povo (ou da nação) como uma comunidade de interesses solidários”.⁴⁹ Assim, mesmo a chamada “esquerda populista” reconhecia na burguesia industrial um caráter nacional e antiimperialista absolutamente inexistente, pois ela “nunca se voltou contra a associação com o capital estrangeiro”.⁵⁰ Como indica Boito, “o principal núcleo da burguesia industrial brasileira, longe de pleitear um suposto ‘projeto de desenvolvimento autônomo’, procurava atrair o capital imperialista para os setores de ponta da indústria de transformação, como no caso da indústria automobilística”.⁵¹ Do ponto de vista ideológico, no entanto, o nacionalismo foi bastante eficaz, viabilizando, por exemplo, a crença em que Vargas sustentava um projeto consistentemente antiimperialista, e obscurecendo o sentido internacionalizante do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. No que se refere ao segundo governo Vargas, tal ideologia omite “a subordinação da orientação geral dessa política aos interesses do capital imperialista. Ao mesmo tempo em que sanciona o monopólio estatal do petróleo, Vargas esforça-se para atrair o capital estrangeiro para os setores de ponta da indústria brasileira”.⁵² Quanto a Kubitschek, seu grande êxito ideológico foi conseguir omitir o “processo de implantação de uma dinâmica monopolista submetida a centros externos, a verdadeira

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴⁸ DIETRICH, *op. cit.*, p. 157.

⁴⁹ WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, *op. cit.*, p. 178.

⁵⁰ ANDRADE, *op. cit.*, p. 73.

⁵¹ BOITO, *O golpe de 1954*, *op. cit.*, p. 15.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 15.

alavanca de um roteiro de desenvolvimento onde o capital nacional subordinava-se ao estrangeiro”.⁵³ Este êxito é analisado por Pedro Tortima:

O desenvolvimentismo enquanto ideologia e prática político-econômica representou uma das mais expressivas manifestações da classe dirigente. Fiéis, no entanto, à tradição de procurar fazer com que os trabalhadores tomassem para si as reivindicações e o discurso de seus exploradores, os donos do poder não mediram esforços no sentido de que os mais variados mecanismos de pressão e de controle social fossem acionados.⁵⁴

Caracteriza-se desta forma, portanto, sua eficácia no amortecimento dos conflitos sociais (ainda que não logrando sua neutralização completa, como discutiremos a seguir), ao mesmo tempo em que viabilizava a implantação de um projeto de industrialização em conformidade com os interesses dos setores de ponta da burguesia brasileira.

A luta de classes sob o populismo: entre a cooptação e a repressão

Ainda que a ideologia populista visasse restringir a intervenção dos trabalhadores a marcos bastante delimitados (unidade de interesses entre as classes sociais; crença no nacionalismo; industrialização como sinônimo de liberação nacional), o processo social concreto é mais complexo. Nesse sentido, parece-nos indevidamente generalizador o juízo de Ianni de que “o proletariado aceita a coalizão com outras forças sociais e políticas, particularmente a burguesia nacional. Aceita o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a industrialização, nos termos propostos pela burguesia industrial ou seus ideólogos, como se fossem os objetivos de toda a nação, de todo o povo e da classe operária”.⁵⁵ Isto parece ser verdade para grande parte das lideranças sindicais, incluindo-se aquelas vinculadas à direção dos partidos comunistas, sendo igualmente inegável a influência da ideologia populista em grande parte da classe trabalhadora. No entanto, nem todos os trabalhadores assumiram os pressupostos da ideologia populista, e mesmo dentre os que os assumiram, uma parte os reinterpreto de acordo com seus interesses, o que se comprova pela permanência de fortes conflitos sociais durante todo o período populista, como o próprio Ianni afirma: “O sindicalismo estatal politiza o proletariado segundo as diretrizes e os limites estabelecidos pelo regime populista. Na prática, todavia, essa modalidade de

⁵³ BARROS, op. cit., p. 45.

⁵⁴ TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro operário: Natureza do Estado e Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: s./ed., 1992, p. 266-297.

⁵⁵ IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 75.

politização não pode impedir que as massas populistas assimilem a seu modo a própria experiência política”.⁵⁶ Isto pode ser verificado, por exemplo, no caso brasileiro, na constituição de um “nacionalismo popular” que reinterpretando a ideologia nacionalista, rompeu os limites do nacionalismo burguês. Como indica Lúcio Flávio de Almeida:

“A greve de 5 de julho de 1962 exprimiu e aprofundou uma nova dimensão do nacionalismo populista brasileiro: mobilização dos trabalhadores por objetivos claramente políticos; mobilização não convocada por qualquer setor dirigente do aparelho estatal, mas por diretorias sindicais; criação, no mês seguinte, do CGT, ou seja, de uma central sindical nacional cuja existência se chocava com a legislação corporativista; certa capacidade de intervenção no sentido de alterar a correlação de forças no interior do regime; difusão, pelos setores organizados do movimento operário e popular, em uma conjuntura de crise do regime, de um programa que, apesar de suas limitações, apresentava às massas populares **um instrumento de crítica do conjunto da organização social brasileira**”.⁵⁷

Este limite da manipulação populista impunha o estabelecimento de uma dialética de cooptação e repressão, levando muitas vezes a atitudes ambíguas, como intervenção de Vargas frente à greve dos 300 mil, relatada por Boito: “O governo Vargas fez tudo para acabar com a greve, e reprimiu, de forma violenta, algumas das ações mais ousadas empreendidas pelos operários no decorrer do movimento grevista. Contudo, ao mesmo tempo, o governo (...) procurou fazer crer aos operários que simpatizava com a greve”.⁵⁸ Os marcos legais, no entanto, seguiam adequados ao exercício da repressão quando esta se fizesse necessária e, mesmo no período visto como mais populista do governo Vargas, este editou um novo decreto facilitando a repressão: “Em janeiro de 1953, Vargas sancionou a lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, prevendo a punção dos que convocassem comícios ou reuniões a céu aberto sem a autorização da polícia”.⁵⁹ Pedro Tortima indica que também “o clima de liberdade alardeado pelos propagandistas do governo JK era absurdamente falso”, tendo sido fortalecidas “três instâncias do poder repressor do Estado: a Polícia (em especial o DOPS), o Ministério do Trabalho e a Justiça

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 93.

⁵⁷ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. O nacionalismo popular e a crise do populismo no início dos anos 60. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 11/12, abril 2004, p. 98-108. p. 108. Grifo meu.

⁵⁸ BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 58.

⁵⁹ RODRIGUES, Marli. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2000, p. 50.

do Trabalho”.⁶⁰ Em termos gerais, a lição é clara: “A burguesia rompe suas alianças ‘populares’ de maneira imediata, quando estas deixam de cumprir pelo menos com uma de suas funções: garantir a hegemonia burguesa e domesticar ao sócio proletário”.⁶¹ Como aponta Eduardo Galeano, pressionada pela crescente politização e organização autônoma da classe trabalhadora, “a burguesia se associou à invasão estrangeira sem derramar lágrimas nem sangue”.⁶² A compreensão dos limites da cooptação e conseqüentemente, da necessidade de fortalecimento contínuo dos instrumentos de repressão, deve ser buscada na realidade concreta da luta de classes do período. O que deixa evidente que mesmo nos momentos de maior êxito na disseminação da ideologia populista, a consciência da classe trabalhadora não foi completamente destruída e sua organização autônoma não deixou de existir a despeito das barreiras impostas pela cooptação generalizada e pela repressão seletiva mas violenta.

⁶⁰ TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, op. cit., p. 278-279.

⁶¹ DIETRICH, op. cit., p. 162.

⁶² GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 29ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 226.